

Fatores associados à violência interpessoal entre crianças de escolas públicas de Fortaleza, Ceará, Brasil

Factors associated with interpersonal violence among children from public schools in Fortaleza, Ceará, Brazil

Caroline Soares Nobre ¹
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira ²
Ceci Vilar Noronha ¹
Mirna Albuquerque Frota ²

Abstract *The school has witnessed the growth of manifestations of interpersonal violence among children, and in this perspective, this paper examines the prevalence of interpersonal violence in the relationship between students and the associated factors. This is a cross-sectional study developed with 874 public school students aged 10 and 11 years conducted in 2013. A questionnaire implemented the collection of data that were submitted to bivariate analysis with statistical significance calculation between associations. The results show that the child-perpetrator (83.2%) is associated with the male gender (PR=1.08), as well as being beaten at home (PR=1.13) and having a family that encourages retaliation (PR=1.17). The child-victim (89.5%) is associated with the family that encourages retaliation (PR=1.05), participation in conflicts (93.6%) and age. The 10-year-old child is up to 3.0% more likely to participate in conflicts. The “family that encourages retaliation” is positively associated with the situations of assault, victim condition and participation in conflicts, which entails the reframing of these parental practices.*

Key words *Violence, Family relationships, School health*

Resumo *A escola presencia o crescimento das manifestações de violências interpessoais entre crianças e, nesta ótica, o artigo analisa a prevalência destas no relacionamento entre escolares e os seus fatores associados. Estudo transversal, com 874 alunos de escolas públicas municipais, de 10 e 11 anos idade, realizado no ano de 2013. Um questionário instrumentou a coleta de dados que foram submetidos à análise bivariada com cálculo de significância estatística entre as associações. Os resultados apontam que a criança agressora (83,2%) associa-se ao sexo masculino (RP = 1,08), bem como apanhar em casa (RP = 1,13) e ter uma família que incentiva o revide (RP = 1,17). A criança vítima (89,5%), a família que incentiva o revide (RP = 1,05) e, a participante de conflitos (93,6%), a família incentivar o revide (RP = 1,05) e a idade. A criança de 10 anos tem até 3,0% mais de chance de participar em situações de conflitos. A “família que incentiva o revide” associa-se as situações de agressão, de vítima e de participação em conflitos, o que enseja uma ressignificação dessas práticas familiares.*

Palavras-chave *Violência, Relações familiares, Saúde escolar*

¹ Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. R. Padre Feijó 29/4º, Canela. 40110-040 Salvador BA Brasil. sn.carol@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza. Fortaleza CE Brasil.

Introdução

Analisar o lugar social da criança na família e escola é possibilitar a contextualização das práticas inscritas nesses cenários que consideram os aspectos históricos, sociais e políticos. Nessa lógica, a escola conforma-se como espaço social privilegiado onde a criança poderá tomar decisões, evidenciar atitudes individuais e autônomas diante dos conflitos, das ideias divergentes entre seus pares e emitir seu ponto de vista ponderando sobre o dito, o ensinado ou o vivenciado.

Institucional e socialmente a escola foi concebida e construída para acolher e contribuir na educação de crianças, firmando-se nas interações¹ entre os protagonistas e estruturando, nessas relações, diferentes formas e conteúdos representacionais, evidenciando a cultura societal em que estão inseridas². No entanto, a escola tem se formatado como arena e *locus* de crescimento exponencial das relações corroídas pelas incivildades comportamentais e esfacelamentos valorativos entendidos, neste estudo, como as manifestações de violências interpessoais.

No âmbito escolar o fenômeno acarreta inquietações e reflexões que extrapolam o contexto educacional e adentram no campo da saúde coletiva, em contínua construção e caráter interdisciplinar²⁻⁵. A despeito de sua crescente visibilidade inexistente consenso na concepção dos estudiosos sobre constructos teóricos e conceitos operacionais⁶, exceto que crianças e jovens estão envolvidos como agressores e/ou vítimas^{1,7}.

Nessa polaridade entende-se que essas instituições sofrem influências e influenciam o contexto histórico-social infantil^{8,9}, no qual o comportamento violento resulta da interação do desenvolvimento individual com a tríade família, escola e comunidade^{1,7,10}. Ponderando essa acepção, tem sido recursivo na literatura que a família é a mais culpabilizada pelas mudanças comportamentais infantis^{11,12}, o que nos leva a supor que “praticar” a afetividade em detrimento das exacerbações conflituosas, no âmbito familiar, espelha a construção de relações respeitadas, solidárias e mediadoras. Desta forma, deve-se considerar o conjunto de características sociais e culturais das famílias atentando para os modelos parentais de educação¹³⁻¹⁷. Reforçando esta assertiva os fatores individuais e familiares podem estar na raiz dos comportamentos violentos evidenciados na escola^{14,18}.

Importante mencionar a existência da produção brasileira sobre violência escolar^{12,19-21} acres-

cendo que estudos acerca das violências interpessoais em crianças, principalmente as de caráter populacional²², ainda apresentam lacunas que possam complexificar os debates sobre o tema.

A despeito desse conhecimento crescente sobre o problema, os desdobramentos e singularidades que dele emanam, exigem contínuas investigações para que se possa compreendê-lo e contribuir com a elaboração de estratégias de enfrentamento, com a ampliação do conhecimento que está posto na literatura, balizando as peculiaridades do campo onde se inscreve as investigações.

Desse modo, a opção pelo município de Fortaleza como campo de análise reitera a importância de aprofundar investigações sobre violências tendo em vista os crescentes índices desse fenômeno²³⁻²⁵ nesta capital que tem sido, também, objeto de ampla divulgação na rede midiática.

Ao aproximar a escola-família e apreendê-lo como potente contexto na construção comportamental de crianças, a pesquisa analisa a prevalência das violências interpessoais no relacionamento entre escolares e os fatores associados.

Métodos

Este estudo transversal é um recorte da dissertação Modalidades da violência infantil no âmbito escolar²⁶ desenvolvida no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Este município divide-se em seis Coordenadorias Regionais (CORES) que respondem pela gestão dos bairros. Esta divisão político-administrativa visa organizar a gestão e o acesso da população aos serviços ofertados pelo Município²⁷.

Nesta pesquisa, a área de abrangência selecionada foi a CORES V, constituída por 18 bairros que registram elevados índices de violência, alta densidade demográfica (mais populosa da capital); rendimentos médios de um salário mínimo e uma população (44%) jovem^{28,29}. Esta escolha para campo de análise (CORES V), justifica-se ante o conjunto de vulnerabilidades tendo em vista que a literatura refere que populações vulneráveis encontram-se mais expostas à violência urbana que, por sua vez, pode influenciar a violência escolar³⁰.

Na seleção dos participantes o estudo elegeu como requisitos: criança de 10 e 11 anos atendendo a faixa etária estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente³¹, cursando o 5º ou 6º anos no decorrer do primeiro semestre de 2013, atendendo a adequação idade/ano escolar. A op-

ção por esta faixa etária deve-se ao fato de que nessa idade a criança está em fase de transição (infância-adolescência) e tenta assumir independência em suas atitudes, no ensejo de tornarem-se sujeitos ativos na construção de seu mundo social^{3,32}.

Atendendo esses requisitos identificou-se 5264 alunos que após cálculo amostral aleatório ficou representado por 539 alunos das 51 escolas da CORES V. Excluíram-se quatro escolas que não ofertavam em sua estrutura didático-pedagógica os anos escolares selecionados.

A coleta atendeu as seguintes etapas: visita às escolas com agendamento prévio; reunião com o gestor para explanação dos objetivos e disponibilização do Termo de Assentimento para as crianças (TA) e Termo Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para os responsáveis. Anterior ao preenchimento do questionário, o TA foi explicado e formalizado o aceite pelos alunos; em seguida, as perguntas foram lidas por uma das autoras e os alunos respondiam o instrumento por escrito. Nessa lógica, 1203 questionários foram coletados para não excluir, na coleta em sala de aula, aqueles que se encontravam em defasagem idade/série. Desse modo, adequaram-se aos critérios de participação 874 questionários.

Este questionário foi adaptado do instrumento validado por Orpinas e Frankowski³³ e utilizado por Santos³⁴. Visando refinar o processo de análise, selecionaram-se questões (entre os blocos) que resultaram nas variáveis dependentes (crianças agressoras, vítimas e participantes em conflitos) e independentes (ano letivo, idade, sexo, formação familiar, quantidade de irmãos e de moradores no domicílio, medo de apanhar na escola, apanhar em casa e família incentivava o revide).

A variável criança como agressora resultou das respostas afirmativas às questões: você fez gozação com outros colegas ao ponto de se irritarem? Você deu murros em alguém que lhe bateu primeiro? Você disse coisas sobre outra pessoa para fazer seus colegas rirem? Você incentivou colegas a brigarem? Você empurrou seus colegas?; e, você xingou outros colegas?.

Como criança vítima, as respostas afirmativas às questões: algum colega implicou com você para fazer os outros rirem? Outros colegas lhe estimularam a brigar? Algum colega lhe empurrou? Algum colega lhe chamou para brigar? Algum colega “xingou” você ou sua família? Algum colega ameaçou lhe ferir ou lhe bater?

E para a variável participante em conflitos, as respostas afirmativas para qualquer questão das

indagações que originaram as variáveis dependentes criança agressora ou criança vítima.

A estrutura familiar foi recodificada em família nuclear (pai, mãe e filhos) e não nuclear (mãe/filhos; pais/filhos; pai/mãe/filhos/outros parentes); medo de apanhar na escola em variável dicotômica em que as repostas quase nunca, às vezes e todo tempo originou o sim; a resposta nunca, o não.

Para a variável apanhar em casa, a resposta “nunca” determinou o item *não*; o item *sim* considerou as afirmações para qualquer das respostas: poucas vezes; uma vez ao mês; uma vez por semana ou quase todos os dias.

A família que incentiva o revide englobou as respostas afirmativas às questões: quando alguém bater, bata também; quando alguém xingar, bata; quando alguém xingar, xingue também; quando não puder resolver o problema conversando, melhor resolver brigando; e, *negativas* para os quesitos: quando alguém xingar, não ligue; quando alguém chamar para brigar, tente conversar para não brigar; quando outro colega pede para brigar, você deve falar com o(a) professor(a); não importa o que aconteça, brigar não é bom e há outras formas de resolver o problema.

Os dados foram organizados no Excel v.7 e exportados para o software STATA v.8 (Stata Corp College Station, Texas) e feitas análises de frequências uni e bivariadas. À análise bivariada pautou-se na tabulação cruzada entre variáveis dependentes e independentes com o cálculo da significância estatística entre as associações, com o uso do teste Qui Quadrado de Pearson. Em todas as análises, adotou-se o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$) e intervalo de 95% de confiança. A pesquisa encontra-se aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Resultados

Participaram do estudo 874 estudantes matriculados no 5º ano (60,6%) e no 6º ano (39,4%) do ensino fundamental. A Tabela 1 descreve dados escolares e sociodemográficos, relacionamento escolar e familiar relacionados à violência interpessoal entre crianças do 5º e 6º anos de escolas públicas, no município de Fortaleza, Ceará.

Entre os respondentes predominou o sexo feminino (52,3%); idade de 10 anos (51,7%); integrar uma família com estrutura nuclear (53,4%); possuir dois ou três irmãos (42,2%) e residir com quatro ou cinco pessoas (51%).

Quanto à ocorrência de violência interpessoal teve-se o seguinte panorama: afirmaram ter medo de apanhar na escola (48,9%); asseguraram que apanham em casa (65,3%) e famílias que incentivam o revide (58,7%). No tocante à polaridade de se perceber como agressora-vítima, o estudo evidenciou que 83,2% das crianças assumiram a posição de agressora; a de vítima prevaleceu em 89,5% e ter participado em conflitos, nos últimos sete dias anteriores à pesquisa, 93,6% dos escolares.

Tabela 1. Distribuição do ano letivo, dados demográficos, dinâmica escolar e familiar relacionada à violência interpessoal de crianças de escolas públicas. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2013.

Variáveis descritivas	n	%
Ano letivo		
5ª Ano	530	60,6
6ª Ano	344	39,4
Idade		
10 anos	452	51,7
11 anos	422	48,3
Sexo		
Feminino	457	52,3
Masculino	417	47,7
Formação familiar		
Nuclear	467	53,4
Não nuclear	407	46,6
Quantidade de Irmãos		
Até três	627	71,7
Acima de três	247	28,3
Medo de apanhar na escola		
Sim	427	48,9
Não	447	51,1
Apanha em casa		
Sim	571	65,3
Não	303	34,7
Família incentiva revide		
Sim	501	57,3
Não	373	42,9
Crianças perpetradoras		
Sim	727	83,2
Não	147	16,8
Crianças vítimas		
Sim	782	89,5
Não	92	10,5
Participação em conflitos		
Sim	818	93,6
Não	56	6,4
Total	874	

A Tabela 2 retrata a associação entre ano letivo, dados demográficos, dinâmica escolar e familiar relacionada à violência interpessoal com a variável criança agressora. Foram encontradas associações entre sexo, apanhar em casa e a família incentivar o revide com valor de $p < 0,01$. Observa-se que ser do sexo masculino aumenta [RP (IC95%) = 1,08(1,02-1,15)] em até 8,0% a chance de a criança tornar-se agressora, bem como apanhar em casa e ter uma família que incentiva o revide há um aumento de [RP (IC95%) = 1,13 (1,05- 1,21)] até 13,0% e [RP (IC95%) = 1,17 (1,10 - 1,25)] de 17,0%, respectivamente, de a criança agredir.

A Tabela 3 mostra os resultados da associação das variáveis estudadas e a criança vítima, encontrando-se significância entre a variável família que incentiva o revide ($p = 0,030$) resultando em um aumento [RP (IC95%) = 1,05 (1,00-1,10)] de até 5,0% de chance contra as crianças que não têm famílias que as estimulam revidar.

Na Tabela 4 observa-se a relação dos fatores associados à participação em conflitos. Verifica-se que houve diferença estatisticamente significativa nas variáveis independentes: idade ($p = 0,026$), família que incentiva o revide ($p = 0,005$). Em relação ao sexo ($p = 0,063$) e ano letivo ($p = 0,088$) identificou-se significância limítrofe como atesta as respectivas razões de prevalências - [RP (IC95%) = 0,96 (0,93-0,99)]; [RP (IC95%) = 0,97 (0,94-1,00)]. Crianças de 10 anos têm 3,0% de chance de participar de conflitos [RP (IC95%) = 0,96 (0,93-0,99)]. As crianças incentivadas a revidar aumentam em 5,0% a chance de participarem em conflitos [RP (IC95%) = 1,05 (1,01-1,09)].

Discussão

Percebe-se que o tema das violências interpessoais no âmbito escolar, elegendo a tênue demarcação entre ser criança e transformar-se no ser adolescente, demanda investigações que apontem construtos teóricos capazes de balizar novas práticas, seja nas dinâmicas das famílias, como nas remodelações que estão a envolver o sistema educacional.

Esta pesquisa constata o predomínio do sexo feminino entre as escolas participantes, o que nos induz acreditar que esteja relacionado ao critério idade correta/ano letivo, visto que o censo escolar do município de Fortaleza confirma este perfil. No entanto, a literatura reitera maior proporção do sexo feminino em salas de aulas³⁵⁻³⁷.

Tabela 2. Associação entre ano letivo, dados demográficos, dinâmica escolar e familiar relacionada à violência interpessoal com a variável criança agressora. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2013.

Variáveis	Criança agressora			Valor de p
	Sim	Não	RP (IC95%)	
Ano Letivo				0,278
5 ^a ano	435 (59,8%)	95 (64,6%)	0,96 (0,91-1,03)	
6 ^a ano	292 (40,2%)	52 (35,4%)	1,00	
Idade				0,104
10 anos	367 (50,5%)	85 (57,8%)	0,95 (0,90-1,-01)	
11 anos	360 (49,5%)	62 (42,2%)	1,00	
Sexo				0,010
Masculino	361 (49,7%)	56 (38,1%)	1,08 (1,02-1,15)	
Feminino	366 (50,3%)	91 (61,9%)	1,00	
Formação familiar				0,792
Nuclear	387 (53,2%)	80 (54,4%)	0,99 (0,93-1,05)	
Não nuclear	340 (46,8%)	67 (45,6%)	1,00	
Número de irmãos				0,757
Até três	520 (71,5%)	107 (72,8%)	0,99 (0,93-1,06)	
Quatro ou mais	207 (28,5%)	40 (27,2%)	1,00	
Medo de apanhar na escola				0,449
Sim	351 (48,3%)	76 (51,7%)	0,98 (0,92-1,04)	
Não	376 (51,7%)	71 (48,3%)	1,00	
Apanhar em casa				<0,001
Sim	495 (68,1%)	76 (51,7%)	1,13 (1,05- 1,21)	
Não	232 (31,9%)	71 (48,3%)	1,00	
Família incentiva revide				<0,001
Sim	445 (61,2%)	56 (38,1%)	1,17 (1,10 - 1,25)	
Não	282 (38,8%)	91 (61,9%)	1,00	

Sobre a estrutura familiar, a família nuclear prevaleceu nas respostas dos participantes, indo de acordo com o último censo nacional, no qual esta conformação representou 49,4% das famílias brasileiras, em 2010³⁸.

Chama atenção o percentual significativo entre os respondentes que assumiram as posições de agressores, vítimas ou de participação em conflitos nos espaços escolares. Possivelmente estes resultados refletem a não exigência, neste estudo, dos critérios de repetição e periodicidade sistemática de alguma situação de violência para que estes se autodenominassem como agressores e/ou vítimas.

Nessa lógica de raciocínio, ancorada nas discussões que confrontam a distorção da ação educativa -desviada para um contexto que viabiliza o exercício do poder, o reforço do medo e da submissão entre os pares-, os resultados demandam reflexões importantes sobre essas frequentes manifestações de atitudes violentas entre os participantes nas 47 escolas investigadas. Supõe-se que estejamos presenciando, também, a naturaliza-

ção dessas manifestações diante da resolução de conflitos no cotidiano dos espaços sociais, seja no âmbito das famílias, das escolas, e, independentemente dos sujeitos envolvidos.

Sobre a complexidade desse fenômeno Gøergen³⁹ defende que apesar de reconhecermos a importância da relação entre ética/moral e educação, tanto nas famílias, como nas instituições sociais, na mídia e, também, na própria escola, o “olhar” dispensado à ética denota antes menosprezo que apreço. O autor reitera³⁹ que a sociedade multicultural, fortalecida pela globalização e mobilidade social, em que partilham espaço de múltiplas visões de vida e de mundo, veio agravar, ainda mais, este desnorreamento da educação e da escola (...) com tantas disparidades e relativismo. A escola que deve servir e respeitar a todos se encontra ante um desafio de difícil solução.

Investigação obtida pelo Plan Brasil¹² com 5168 alunos, em cinco escolas públicas e privadas, nas regiões do país, verificou que 70,0% dos estudantes responderam ter presenciado cenas de agressões entre colegas, enquanto 30,0% deles

Tabela 3. Associação entre ano letivo, dados demográficos, dinâmica escolar e familiar relacionada à violência interpessoal com a variável criança vítima. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2013.

Variáveis	Criança vítima			Valor de p
	Sim	Não	RP (IC95%)	
Ano Letivo				0,785
5 ^a ano	473 (60,5%)	57 (62%)	0,99 (0,95-1,04)	
6 ^a ano	309 (39,5%)	35 (38%)	1,00	
Idade				0,157
10 anos	398 (50,9%)	54 (58,7%)	0,97 (0,92-1,01)	
11 anos	384 (49,1%)	38 (41,3%)	1,00	
Sexo				0,193
Masculino	379 (48,5%)	38 (41,3%)	1,03 (0,98-1,08)	
Feminino	403 (51,5%)	54 (58,7%)	1,00	
Formação familiar				0,530
Nuclear	415 (53,1%)	52 (56,5%)	0,99 (0,94-1,03)	
Não nuclear	367 (46,9%)	40 (43,5%)	1,00	
Quantidade de irmãos				0,221
Até três	556 (71,1%)	71 (77,2%)	0,97 (0,92-1,06)	
Acima de três	226 (28,9%)	21 (22,8%)	1,00	
Medo de apanhar na escola				0,189
Sim	388 (49,6%)	39 (42,4%)	1,03 (0,99-1,08)	
Não	394 (50,4%)	53 (57,6%)	1,00	
Apanhar em casa				0,237
Sim	516 (65,98%)	55 (59,9%)	1,02 (0,98-1,08)	
Não	266 (59,78%)	37 (40,2%)	1,00	
Família incentiva o revide				0,030
Sim	458 (58,57%)	43 (46,7%)	1,05 (1,00-1,10)	
Não	324 (41,43%)	49 (53,3%)	1,00	

declararam ter vivenciado, pelo menos, uma situação violenta no ano anterior a pesquisa.

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI), neste ano de 2016, a partir do censo escolar brasileiro e analisando 6.709 alunos cursando entre o 6º ano e o 3º ano do ensino médio, apontou que 42,0% sofreram algum tipo de violência na escola. Ao considerar o município de Fortaleza³⁷ a pesquisa o coloca em primeiro lugar com 67,0%, aproximando-se dos achados deste estudo em que predominou 89,5%.

Este cenário de violências entre os pares, com índices elevados, acompanha outras localidades. Estudo realizado em Esteio (RS), com a participação de 161 alunos do 5ª ao 8ª anos, adaptado, também, do questionário de Orpinas³³, evidenciou que 56,9% dos alunos se denominaram vítimas e 38,5%, agressores⁴⁰. Em Brasília, Distrito Federal, investigação realizada com 288 alunos de

11 e 15 anos identificou percentual de 85,4% de violência física⁴¹.

Importante salientar que as pesquisas mencionadas anteriormente analisam idades acima das elegidas neste estudo. Deste modo, os achados das altas prevalências do fenômeno ocorrendo na transição da infância para a adolescência em que 48,3% referem medo de apanhar de colegas na escola, mostram a potência destes achados para contribuir com ampliação dos debates sobre o tema, enfatizando a sua ocorrência já na infância.

Retomando ao estudo Plan Brasil¹² também foi identificado esse sentimento de medo relacionado ao fato de ser vítima e/ou testemunha de violência escolar, podendo ser responsável pela criação e existência de uma configuração particular de mundo em que se socializa e funciona como mecanismo de controle social⁴².

Nesse raciocínio, o estudo em discussão pressupõe que no cotidiano escolar tenha se instalado níveis mínimos de tolerância e de abertura ao diálogo diante dos conflitos, o que sugere frágeis

Tabela 4. Associação entre ano letivo, dados demográficos, dinâmica escolar e familiar relacionada à violência interpessoal com a participação em conflitos. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2013. (n=874).

Variáveis	Participação em conflitos (n=874)			Valor de p
	Sim	Não	RP (IC95%)	
Ano Letivo				0,088
5ºano	490 (59,9%)	40 (71,4%)	0,97 (0,94-1,00)	
6ºano	328 (40,1%)	16 (28,6%)	1,00	
Idade				0,026
10 anos	415 (50,7%)	37 (66,1%)	0,96 (0,93-0,99)	
11 anos	403 (49,3%)	19 (33,9%)	1,00	
Sexo				0,063
Masculino	397 (48,5%)	20 (35,7%)	1,03 (1,00-1,07)	
Feminino	421 (51,5%)	36 (64,3%)	1,00	
Formação familiar				0,565
Nuclear	435 (53,2%)	32 (57,1%)	0,98 (0,96-1,02)	
Não nuclear	383 (46,8%)	24 (42,9%)	1,00	
Quantidade de irmãos				0,241
Até três	583 (71,3%)	44 (78,6%)	0,98 (0,94-1,01)	
Acima de três	235 (28,7%)	12 (21,4%)	1,00	
Medo de apanhar na escola				0,859
Sim	399 (48,8%)	28 (50%)	0,99(0,96-1,03)	
Não	419 (51,2%)	28 (50%)	1,00	
Apanhar em casa				0,298
Sim	538 (65,8%)	33 (58,9%)	1,02 (0,98-1,06)	
Não	280 (34,2%)	23 (41,1%)	1,00	
Família incentiva o revide				0,005
Sim	479 (58,6%)	22 (39,3%)	1,05 (1,01-1,09)	
Não	339 (41,4%)	34 (60,7%)	1,00	

mecanismos de sociabilidade e enfrentamento às situações adversas.

Neste caso, a variável criança agressora apresentou associação estatisticamente significativa às variáveis independentes: sexo, apanhar em casa e família que incentiva o revide. No tocante às crianças vítimas, a variável família que incentiva o revide permaneceu significativa; quanto a variável participação em conflitos mostrou-se associada à idade, ao sexo e, mais uma vez, à família que incentiva o revide.

Observou-se que as crianças com idade de 10 anos têm menos chance de participar de conflitos, o que acorda com revisões sistemáticas sobre o tema^{43,44}. É crescente o interesse por esta temática na literatura justificado pela recorrência dos achados de que a criança (ou o adolescente) que sofre violência teria maior risco de vivenciar episódio subsequente e/ou simultâneo, denominado como revitimização ou ciclo da violência⁴⁵, tornando o rompimento dessas experiências, no futuro, um processo complexo.

Da mesma forma, o engajamento de crianças em atos de violência, especificamente como agressoras, é apontado como um fator de risco para o desenvolvimento de padrões antissociais com possibilidade de adentrar no campo da criminalidade ainda na adolescência e/ou na vida adulta⁴⁶.

Quanto a variável sexo, o masculino registra mais chance de a criança ser agressora e participar em conflitos; contudo, não apresentou maior chance de ser vítima, contrariando resultados de estudos anteriores em que a maior incidência ainda é observada, em meninos, tanto nos papéis de agressores como de vítimas^{20,44,47,48}.

Questões de estrutura familiar impulsionam a discussão para outro contexto associado à vitimização entre pares. Nos dados apresentados observa-se que aproximadamente metade das crianças (46,6%) pertence às famílias de estrutura não nuclear (monoparental, ampliada, reconstituída...), contudo não houve associações significativas com as variáveis: criança agressora, criança vítima ou

participante de conflitos. Apesar de as variáveis não terem associação significativa, não se pode desconsiderar a importância que assumem nesse contexto, ao se identificar na literatura divergências sobre o fato de relacionar a estrutura familiar com a criança ser agressora e/ou vítima.

Pesquisa realizada em Portugal com 242 alunos do 7º ao 9º ano evidenciou associação entre o aluno ser vítima e ter família monoparental ou conviver com a ausência simultânea das figuras paternas e maternas; o aluno agressor mostrou associação com famílias de estruturas nucleares¹³. Esta associação (agressor-família nuclear) mantém-se em outros estudos realizados em países distintos^{16,33,40}. Atestando sobre esta divergência na literatura, investigação portuguesa com alunos do 5º e 6º anos indica que 46,6% dos agressores provêm de famílias monoparentais e 58,6% das vítimas, de famílias nucleares³⁶.

As análises revelam que a associação do fenômeno a família não cessa diante das suas características demográficas, uma vez que altas proporções de agressores e vítimas podem representar a reprodução de valores e práticas parentais¹⁸, na qual a criança internaliza as relações familiares e as estabelece para outros contextos, numa perspectiva de construção histórica, social e subjetiva dos processos sociais e das interações vividas⁴⁹.

Neste estudo mostrou-se recorrente as práticas parentais com medidas coercitivas como modelo educacional no contexto analisado. A variável apanhar em casa associar-se fortemente à criança ser agressora (13,0% a mais de chance) evidencia as possibilidades de reproduções comportamentais em outros cenários. Em uma compilação de estudos, Minayo³ demonstra que crianças/adolescentes que são agredidos fisicamente em casa possuem quatro vezes mais risco de serem identificados, na escola, como agressivos.

No estudo em pauta identificou-se a predominância da variável família incentiva o revide associada a todas as variáveis dependentes: agressor (17,0% a mais de chance), vítima (5,0% a mais de chance) e participação em conflitos (5,0% a mais de chance).

Esta associação da família que incentiva o revide às ocorrências das violências interpessoais nas escolas investigadas desencadeia complexa e ampla discussão ante as práticas educativas que estão enraizadas nas famílias. Entende-se a amplitude do desafio de se articular, de forma efetiva, as parcerias entre famílias e escolas que

possam compreender as estruturas e dinâmicas familiares construídas em sua historicidade e, juntos, identificarem proposições resolutivas.

Outra pesquisa¹⁵ anui com estes resultados quando verifica a correlação entre o aumento dos relatos de comportamentos violentos na escola como xingar seus colegas; participar de brigas; sofrer ameaças na escola; sentir-se desprezad(a) a e sentir prazer em brigar com ambientes familiares percebidos pela criança como violentos ou não afetivos. Destaca-se que quanto mais recorrente a violência familiar, maior a probabilidade de os alunos relatarem envolvimento nas violências interpessoais, não havendo diferença entre os sexos^{20,33}.

A literatura advoga que as práticas educativas parentais dão origem ou intensificam o comportamento violento. Os aspectos culturais e sociais, especialmente nas famílias abusivas e exercendo práticas punitivas, autoritárias e desprovidas de afetos podem repercutir no comportamento infantil¹ e no desenvolvimento de atitudes antissociais^{18,50,51}.

No decorrer deste estudo reflete-se sobre as potencialidades de construção e fortalecimento de uma atuação intersetorial articulada atentando para a assistência social, a educação e a saúde, ponderando as associações identificadas às manifestações das violências interpessoais no espaço escolar. Desafiador, porém não impossível, analisar estratégias que retomem o diálogo, a solidariedade, o respeito à diversidade e a singularidade do outro, convocando, também, o poder público a assumir a responsabilidade sobre o problema.

Nesta incompletude, mas assumindo o contorno de mola propulsora, os dados apontam a complexidade capilar, que em espiral, associa-se às violências interpessoais. Este cenário empreende contínuas investigações que retomem antigos debates, fomentem novos embates que resultem em atuais soluções.

Oportuno elucidar algumas limitações que percorrem os escopos investigativos. Em primeira alusão, em virtude da população estudada em sua transição da infância-adolescência, os resultados não podem ser generalizados às outras regionais do município de Fortaleza, nem a outro cenário regional e nacional. Não obstante, respeitando-se as diversidades socioeconômicas e culturais, o estudo retrata similaridades com outros achados ao se confrontar a literatura nacional e internacional.

Conclusão

O panorama descortinado acerca das violências interpessoais em crianças de escolas públicas municipais e na identificação dos fatores associados, a investigação mostrou que estiveram relacionadas ao sexo, idade e as práticas parentais, sinalizando que o contexto escolar formata-se como espaço de reprodução da violência internalizada no convívio com distorções de valores os quais são importantes referências para fomentar outras formas de solucionar conflitos.

As famílias adeptas das medidas coercitivas e que aconselham o revide entre os pares associaram-se significativamente às violências interpessoais em crianças, reconhecendo-se, nessa lógica que os significados das experiências escolares, também, alicerçam-se nas práticas de educação parental. Enseja-se que o estudo subsidie projetos e estratégias de enfrentamento às violências interpessoais fortalecendo a integralidade setorial, os embates e debates em outros espaços coletivos.

Colaboradores

CS Nobre participou da elaboração e desenvolvimento da pesquisa, análise dos dados e da redação do artigo; LJS Vieira participou da análise dos dados e da redação do artigo; CV Noronha participou da redação do artigo e MA Frota participou da elaboração e desenvolvimento da pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante o desenvolvimento deste estudo.

Referências

1. Abramovay M. Violências nas escolas. Brasília: UNES- CO Brasil; 2002.
2. Santos A, Lauro BR. Infância, criança e diversidade: proposta e análise. 2010: 2-23. [acessado 2012 Maio 10]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a23.pdf>
3. Minayo MCS. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010.
4. Kappel VB, Gontijo DT, Medeiros M, Monteiro EMLM. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. *Interface (Botucatu)* 2014; 18(51):723-735.
5. Silva MAI, Silva JL, Pereira BO, Oliveira WA, Medeiros M. O olhar de professores sobre o *bullying* e implicações para a atuação da enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP* 2014; 48(4):723-730.
6. Finkelhor D, Turner HA, Hamby S. Let's prevent peer victimization, not just bullying. *Child Abuse Negl* 2012; 36(4):271-274.
7. Charlot B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias* 2002; 4(8):432-443.
8. Ricas J, Donoso MTV. Aspectos históricos da educação no Brasil versus violência física na infância: reflexões. *Rev Med Minas Gerais* 2010; 20(2):212-217.
9. Conh C. Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas* 2013; 13(2):221-244.
10. Lopes Neto AA. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *J. Pediatr. (Rio J.)* 2005; 81(Supl. 5):164-172.
11. Carnut L, Faquim JPS. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. *J Manag Prim Health Care* 2014; 5(1):62-70.
12. Plan International. *Bullying Escolar no Brasil – Relatório de Pesquisa Final*. São Paulo: CEATS/FIA; 2010. [acessado 2012 Maio 10]. Disponível em: <http://www.aprendersemmedo.org>
13. Freire IP, Simao AMV, Ferreira A. O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. *Rev. Port. de Educação* 2006; 19(2):157-183.
14. Pinheiro FME, Williams LCA. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa* 2009; 39(138):995-1018.
15. Tortorelli MFP, Carreiro LRR, Araújo MV. Correlações entre a percepção da violência familiar e o relato de violência na escola entre alunos da cidade de São Paulo. *Psicologia: teoria e prática* 2010; 12(1):32-42.
16. Oliveira WA, Silva MAI, Mello FCM, Porto DL, Yoshinaga ACM, Malta DC. Causas do *bullying*: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2015; 23(2):2275-2282.
17. Marin AH, Piccinini CA, Gonçalves, TR, Tudge JRH. Parental child-rearing practices, behavior problems and pre-school children's social competence. *Estudos de Psicologia (Natal)* 2012; 17(1):5-13.
18. Pigozi PL, Machado AL. *Bullying* na adolescência: visão panorâmica no Brasil. *Cien Saude Colet* 2015; 20(11):3509-3522.
19. Malta DC, Souza ER, Silva MMA, Silva CS, Andreazzi MAR, Crespo C, Mascarenhas MDM, Porto DL, Figueiroa ALG, Morais Neto OL, Penna GO. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Cien Saude Colet* 2010;15(Supl. 2):3053-3063
20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar/ 2012*. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.
21. Nesello F, Sant'Anna FL, Santos HG, Andrade SM, Mesas AE, González AD. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant. (Recife)*. 2014; 14(2):119-136.
22. Cunha JM. *Violência interpessoal em escolas no Brasil: características e correlatos* [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2009.
23. Waiselfisz J. *Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano. [acessado 2016 Mar 24]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf
24. Vieira LJES, Freitas MLV, Pordeus AMJ, Lira SVG, Silva JG. "Amor não correspondido": discursos de adolescentes que tentaram suicídio. *Cien Saude Colet* 2009; 14(5):1825-1834.
25. Matos KF, Martins CBG. Mortalidade por causas externas em crianças, adolescentes e jovens: uma revisão bibliográfica. *Revista espaço para a saúde (Londrina)* 2013; 14(1):82-93.
26. Nobre CS. *Modalidades da violência infantil e suas dinâmicas entre escolares* [dissertação]. Fortaleza: Universidade de Fortaleza; 2013.
27. Santos AAG, Silva RM, Machado MFAS, Vieira LJES, Catrib AMF, Jorge HMF. Sentidos atribuídos por profissionais à promoção da saúde do adolescente. *Cien Saude Colet* 2012; 17(5):1275-1284.
28. Instituto de pesquisa e estratégia econômica do Ceará (IPECE). *Caracterização Espacial dos Homicídios Dolosos em Fortaleza*. Fortaleza: IPECE; 2013. IPECE Informe - nº 66.
29. Moura R, organizador. *Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza Perfil da SER*. Cartilha da Regional. UECE. Fortaleza: 2011. [acessado 2012 Fev 10]. Disponível em: https://www.uece.br/labvida/dmdocuments/regional_I.pdf

30. Souza ECS. Violência urbana e cultura escolar: estudos das percepções dos atores sociais em uma escola pública em Ananideua - PA. *Revista do NUFEN* 2011; 3(2):116-137.
31. Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. *Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata*. 14ªed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2016. (Série legislação; n. 237).
32. Ramos AC. A construção social da infância: Idade, gênero e identidades infantis. *REVISTA Feminismo* 2013; 1(3).
33. Orpinas P, Frankowski R. The Aggression Scale: A Self-Report Measure of Aggressive Behavior for Young Adolescents. *Journal of Early Adolescence* 2001; 21(1):50-67.
34. Santos ACG. *Violência Interpessoal e Adolescência; um estudo nas escolas de Camaçari – Bahia* [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 1998.
35. Williams LCA, Pinheiro FMF. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cad. Pesqui (São Paulo)* 2009; 39(138):995-1018.
36. Mendes CS. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. *Rev. esc. enferm. USP* 2011; 45(3):581-588.
37. Abramovay M, coordenadora. *Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens*. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC; 2016.
38. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Família e domicílio*. 2012. [acessado 2016 Mar 24]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>
39. Goergen P. Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educ. Soc.* 2005; 26(92):983-1011.
40. Silva CE, Oliveira RV, Bandeira DR, Souza DO. Violência entre pares: um estudo de caso numa escola pública de Esteio/RS. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional* 2012; 16(1):83-93.
41. Ribeiro IM, Ribeiro AS, Pratesi R, Gandolf L. Prevalência das várias formas de violência entre escolares. *Acta Paul Enferm.* 2015; 28(1):54-59
42. Villhena J, Bittencourt MIGF, Zamora MH, Novaes JV, Bonato MCR. Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais. *Psicol. clin.* 2011; 23(2):171-186.
43. Rech RR, Halpern R, Tedesco A, Santos DF. Prevalência e características de vítimas e agressores de bullying. *J. Pediatr (Rio J.)* 2013; 89(2):164-170.
44. Oliveira JC, Barbosa AJG. *Bullying* entre Estudantes com e sem Características de Dotação e Talento. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 2012; 25(4):747-755.
45. Avanci JAS, Oliveira R, Pires T. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. *Cien Saude Colet* 2009; 14(2):383-394.
46. Farrington DP, Ttofi M, Losel F. School bullying and later criminal offending. *Criminal Behaviour and Mental Health* 2011; 21:77-79.
47. Wendt GW, Campos DM, Lisboa CSM. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. *Cad Psicopedag* 2010; 8(14):157-183.
48. Kubota LC. *Discriminação contra os estudantes obesos e os muito magros nas escolas brasileiras*. Brasília, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014.
49. Oliveira WA, Silva JL, Yoshinaga ACM, Silva MAI. Interfaces entre família e bullying escolar: uma revisão sistemática. *Psico-USF* 2015; 20(1):121-132.
50. Patias ND, Siqueira AC, Dias ACG. Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educ. Pesqui* 2012; 38(4):991-996.
51. Joly MCRA, Dias AS, Marini JAS. Avaliação da agressividade na família e escola de ensino fundamental. *Psico-USF* 2009; 14(1):83-93.

Artigo apresentado em 19/05/2016

Aprovado em 09/12/2016

Versão final apresentada em 11/12/2016

